

## Plantios ilícitos no Brasil: notas sobre a violência e o cultivo de *cannabis* no polígono da maconha

***Paulo Cesar Pontes Fraga***

Sociólogo e Professor do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Estadual de Santa Cruz

**Resumo.** O presente artigo aborda a questão do plantio de maconha na região do Submédio São Francisco, no Nordeste brasileiro. Analisando aspectos históricos e das relações de agentes envolvidos diretamente e indiretamente no cultivo de *cannabis sativa*, argumenta como a repressão à atividade atinge mais decisivamente os trabalhadores rurais.

**Palavras-chaves:** Violência, Nordeste, Maconha e Drogas.

**Abstract.** This article approaches the question of the marijuana plantation in the region of the Submédio São Francisco, north-eastern Brazilian. Analyzing historical aspects and relationships social actors in the culture of *cannabis sativa*, it argues as the repression to the activity decisively reaches the agricultural workers decisively.

**Key words:** Violence, north-eastern Brazilian, Marijuana and Drugs

## INTRODUÇÃO

O investimento acadêmico na complexa análise da questão das drogas ilícitas no Brasil tem se efetivado, essencialmente, em duas direções. A primeira engloba os estudos dos denominados efeitos de determinadas substâncias psicoativas sobre os usuários (Carline et all., 2004; Carline e Napo, 2003; Gálduroz et all., 2005; Mastroianni et all., 2005) e, conseqüentemente, suas implicações nas relações sociais. A outra frente abarca a compreensão das formas de organização criminal produzidas pelo comércio varejista ilegal de drogas em grandes cidades, sobretudo, no Rio de Janeiro, e seus efeitos sobre o processo de socialização na delinqüência e no aumento das taxas de homicídios (Zaluar, 2004, 1994, 1985; Misse, 2002, 1999). Pode-se, não obstante, ainda, identificar outras frentes de investigações científicas realizadas, como aquelas que buscam compreender o processo de legalização no mercado financeiro do dinheiro oriundo do tráfico de drogas e a formação de redes criminosas no país para a “lavagem de dinheiro” (Osório, 2002, 1997, 1996 a, 1996b; Minguardi, 1998a, 1998b) e outras focadas nos usos ritualísticos e recreativos de substâncias psicoativas (MacRae, 2004, 2001;). Essas duas últimas linhas, contudo, ainda que de importância basilar para o aprofundamento e a ampliação do conhecimento sobre a temática e contando com estudos de extrema relevância e profundidade analítica são ainda bastante incipientes. A produção de pesquisas e os debates produzidos encontram-se em patamares diferenciados, no tocante ao número de estudos e de abordagens, quanto às duas primeiras direções apontadas anteriormente.

As orientações desses estudos nas duas primeiras frentes podem ser melhor entendidas pela análise do impacto destas questões no cotidiano das principais cidades brasileiras. Ao serem consideradas agravo de saúde e complicador das políticas de segurança pública, a questão da problemática do uso de substâncias consideradas ilícitas e de seu comércio varejista atrai investigadores e

investimentos no sentido de maior entendimento do fenômeno e na busca de soluções para atenuar as suas conseqüências. Nessa direção, os estudos buscam, também, aprofundar questões referentes ao sentido que a própria criminalização do uso, do comércio e da produção de determinadas substâncias psicoativas têm representado para a sociedade brasileira e, em geral, para o mundo.

Pesquisas reconhecem, independente das diferenças de abordagem ou de suas orientações teóricas, ser o Brasil um importante consumidor de substâncias psicoativas consideradas ilícitas, como a cocaína<sup>1</sup>, maconha, *ecstasy*, e possuir um comércio varejista violento, cujas conseqüências têm atingido importantes instituições, como a escola, as relações de vizinhança, tem ceifado vidas e incrementado negativamente indicadores sociais e econômicos. Como observa Zaluar (1999), os estudos sobre crimes e violência aumentaram a partir da década de 1990 ao compasso do aumento das taxas de homicídios e de crimes. Deve-se reconhecer, todavia, que a faceta violenta das drogas no Brasil é conseqüência de elementos próprios de nossa formação social que muitas vezes não podem estar atrelados ao negócio das drogas de consumo proibido.

Existe, contudo, uma faceta da questão das drogas no Brasil ainda pouco estudada e com investigações preliminares carentes de maior aprofundamento e de investimento, principalmente no referente aos estudos sócio-antropológicos. Trata-se da violência e das relações oriundas do cultivo de plantas consideradas ilegais para o consumo, como é o caso do plantio de *cannabis sativa*.

O baixo investimento em investigações nesta temática pode ser explicado por diversos motivos: a não consideração do Brasil como país produtor de plantas de consumo proibido; as dificuldades de investigação advindas dos empecilhos do trabalho de campo pela especificidade da atividade ilegal, fator restritivo a uma maior aproximação entre pesquisadores e pesquisados, entre outros.

Nos últimos anos, contudo, começam a surgir reflexões voltadas para: a compreensão da dinâmica do plantio de maconha no

Brasil, focados, notadamente, na representação deste plantio como alternativa econômica em regiões sem uma política agrária definida; as novas relações sociais oriundas da institucionalização do plantio e; a violência que envolve este cultivo em algumas localidades (Iullianeli, 2000; Ribeiro, 2000 e Fraga, 2003, 2000, Iulianelli, Fraga, Chagas e Lisa, 2005). Estes estudos ainda se ressentem de maior aprofundamento e focalização. Restringem-se, em grande parte, ao plantio no chamado Polígono da Maconha, região com a maior concentração deste tipo de cultivo no país.

A região do Polígono da Maconha é, reconhecidamente, aquela que apresenta a área de maior extensão de plantio. Esta constatação, contudo, não desconsidera a existência de outras regiões no Brasil onde se concentram parcelas significativas de plantios como em municípios no Estado do Maranhão, de Mato Grosso do Sul, parte de Minas, interior de São Paulo. Nota-se, nos últimos anos, a dispersão de plantios em áreas até então inexistentes, devido à maior repressão no Polígono.

Apesar da existência de plantações em outras partes do Brasil, a produção nos municípios do Baixo e Submédio São Francisco<sup>2</sup> tem se destacado pelo alto volume. Outro elemento a ser realçado é a antiga presença da planta na região, embora o seu cultivo em grande escala seja um evento mais recente voltado para o mercado. As conclusões, mesmo parciais, às quais os estudos sobre a temática no Polígono da Maconha têm chegado não podem, entretanto, ser transportadas para outras realidades no país, onde, igualmente, cultiva-se maconha. Fatores históricos, culturais e estruturais tornam a plantação da diamba nesta região específica no sentido da construção de determinadas relações entre atores envolvidos ou não no plantio.

Este artigo pretende contribuir para o incipiente debate acerca do aprofundamento do conhecimento das relações estabelecidas entre atores diferenciados envolvidos direta ou indiretamente com o plantio de *cannabis sativa* na região denominada Polígono da Maco-

nha ou, como é preferível nomear, evitando-se estigmas, a região do Baixo e Submédio São Francisco. As reflexões aqui engendradas são provenientes: da experiência do autor em trabalhos na região há dez anos e mais, recentemente, de um trabalho experimental realizado no ano de 2006 para subsidiar a feitura de um projeto ainda inconcluso; participação em dois levantamentos sobre a situação dos direitos humanos em trabalhos desenvolvidos junto com ONGs e organizações sindicais; uma pesquisa sobre a situação dos jovens e o plantio de maconha com recursos do Ministério da Justiça.

Este trabalho, portanto, busca refletir experiências de investigações e reconhece a especificidade e diversidade da região. De outra maneira, compreende como a questão do plantio envolve atores diferenciados e é capaz de proporcionar institucionalidades a partir de práticas que consolidam por meio de seu ilegalismo. Para manter o anonimato das pessoas e de organizações que prestaram depoimentos, os nomes, quando citados, são fictícios, evitando que sua revelação implique em possíveis problemas de segurança.

## ANTECEDENTES DA PRESENÇA DA MACONHA NA REGIÃO

O denominado Polígono da Maconha abrange uma vasta região, localizada no entroncamento de quatro estados da federação: Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Recentemente, com a descoberta de plantações da erva na Chapada do Araripe, a Polícia Federal também tem considerado o Ceará como pertencente à região pela sua proximidade. Originalmente, contudo, cidades do Ceará não estavam contabilizadas na geometria do Polígono. Corresponde a uma ampla área de aproximadamente 40.000 m<sup>2</sup>, metade dela situada em Pernambuco. O número de cidades varia, segundo o órgão que a contabiliza, mas a cifra situa-se entre 20 e 30 municípios. Cidades como Orocó, Cabrobó, Belém do São Francisco, Salgueiro e Floresta se destacam como locais onde são encon-

tradas significativas áreas de cultivo de maconha. Salgueiro se notabiliza tanto por sua importância como município, onde há expressivas plantações, quanto por sua localização estratégica, atravessado por quatro importantes rodovias que o conectam a outros estados do Nordeste, condição fundamental para o escoamento da produção local.

A região é reconhecidamente a maior produtora da planta no país. Dados da Polícia Federal sobre a atuação do órgão na erradicação de pés de maconha no ano de 2005, indicam que dos 1.544.680 de pés destruídos em ações, 1.413.965 (91,53 %) estavam localizados na região Nordeste e a quase totalidade no chamado Polígono da Maconha.

Ainda, segundo números do órgão e de informações obtidas com pessoas envolvidas em elos diferenciados da rede de plantio e escoamento do produto, a produção local está voltada, praticamente, para o abastecimento dos Estados do Nordeste, notadamente, Pernambuco, Ceará e Bahia. A maconha produzida no Submédio São Francisco não se destina, pelo menos atualmente, às principais cidades consumidoras do país, como Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Alegam-se dois motivos para que isso não ocorra: a melhor qualidade da maconha produzida no Paraguai, que se dirige a estes mercados maiores, com um teor mais significativo de THC<sup>3</sup>, e a longínqua distância a ser percorrida pelo produto produzido no Polígono e que deve ser escoado em vias que apresentam péssimas condições de tráfego, aumentando o custo e o risco de apreensão da droga.

O Paraguai é considerado o principal abastecedor do mercado de *cannabis sativa* do Cone Sul (Gallardo, 2006). Com um consumo interno baixo, condições excelentes para a plantação da erva, que propiciam à planta condições de alcançar o tamanho de até 3 metros de altura, quando a média, geralmente, se situa em metro e meio, desencadeando uma elevada produção, possibilitou a queda do preço e o aumento de sua diversidade. No país, pode-se encontrar

a maconha mentolada, a denominada manga-rosa (com mel) e a tradicional. Fala-se que a diversidade da *cannabis* paraguaia é oriunda da prática de manipulação genética, mas não há comprovação de tal fato. Acredita-se que sejam de nacionalidade brasileira os principais produtores do país. Os cultivadores do país vizinho são os principais fornecedores para Argentina, Chile e Uruguai.

O Brasil possui uma produção considerável de maconha, mas insuficiente para abastecer a demanda nacional (Gallardo, op. citado). Neste sentido, consideráveis proporções da maconha consumida no sudeste e do sul do país vêm do Paraguai. A maconha paraguaia entra no Brasil pelo Mato Grosso do Sul, pela cidade fronteiriça de Ponta Porã e por Dourados, proveniente de Pedro Juan Caballero e Capitán Bado. Proporção considerável de maconha ingressa no país vem pelo Rio Paraná, cuja boa navegação (e corrupção) facilita a entrada. Segundo estimativas da Polícia Federal brasileira, o kg da maconha em Capitán Bado, no lado paraguaio da fronteira, tem preços variados entre R\$ 15,00 e R\$ 30,00. Na cidade de Dourados, no Estado do Mato Grosso do Sul, a mesma quantidade é encontrada entre de R\$ 150,00 e R\$ 200,00. Na capital do Estado, Campo Grande, vai R\$ 200,00 a R\$ 250,00. Na principal cidade do país, São Paulo, dez gramas do produto são avaliados em R\$ 5,00 (Polícia Federal, 2005).

Em 1997, por ocasião do trabalho da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, que resultou no Relatório “Violência no Polígono da Maconha”, aventou-se a possibilidade de a produção regional de maconha estar atrelada a ramificações com o grupo criminoso Comando Vermelho, do Rio de Janeiro, devido à prisão, em Salgueiro, do traficante conhecido como “Ostinho do Fubá”, que se passava por comerciante, tendo, inclusive, conquistando a simpatia das pessoas locais, tendo seu nome indicado para compor o Lyons Clube da cidade. Nada se pôde comprovar, entretanto, a respeito desta ligação. Ainda que o envolvimento de grupos criminosos do sudeste do país com a produção regional da erva fosse pos-

sível, este fato não indicaria a possibilidade da maconha da região se destinar aos grandes centros consumidores do país. A hipótese mais viável seria a diversificação do negócio destes grupos criminais na região, mantendo a produção para o mercado para o qual sempre se destinou.

A CPI do Narcotráfico, implementada pela Câmara Federal, em 1999, identificou, como veremos mais a frente, que em municípios do Submédio São Francisco, como Floresta e Salgueiro, as rixas entre famílias, o envolvimento das mesmas com atividades ilícitas e de grilagem de terra e os conflitos históricos, migraram para o plantio de maconha, quando esta atividade econômica tornou-se possível, rentável e alternativa. O envolvimento de políticos dos executivos municipais, juízes, deputados, vereadores e policiais constitui-se elemento fundamental para que a atividade de plantio ganhasse contornos violentos.

Registra-se a presença de *cannabis* na região há bastante tempo. Apontamentos sinalizam para a plena adaptação da planta às condições climáticas locais, e a existência de uso coletivo e/ou ritualístico da maconha. Burton (1869), em trabalho exploratório às margens do Rio São Francisco, no século XIX, identificou como o clima e a vegetação eram propícios para o seu cultivo. O explorador inglês, entretanto, referia à possibilidade de plantações visando à produção de tecidos, a partir da utilização das fibras de cânhamo, produto bastante apreciado pelo mercado e largamente utilizado na época.

Mais recentemente, Pierson (1972), em trabalho desenvolvido para o governo brasileiro na década de 1950<sup>4</sup>, descreve situações tanto de uso da *cannabis sativa* em determinadas localidades, como de plantio às margens do Rio em, pelo menos, cinco localidades. Pierson, na verdade, refere-se a cidades do Baixo São Francisco:

O uso de maconha em Passagem Grande parece constituir sempre uma experiência social, contudo, desde que os habi-



tantes aparentemente a fumam apenas em grupo. Um círculo, ou “roda”, é formado, passando o cachimbo de mão em mão. À medida em que o indivíduo passa-o à pessoa ao seu lado, ele ou ela, diz: “Ajoie, Marica!<sup>5</sup>” cantando então uma canção, conhecida como “lôa”, em louvor da maconha. Em uma roda observada pelo nosso pesquisador<sup>6</sup> oito pessoas participaram. Cada uma delas puxou três ou quatro vezes e passou a marica ao vizinho, dizendo “Ajoie, Marica!”, fazendo em seguida sua louvação.

Diz-se na localidade, que o uso da maconha produz euforia, tagarelice, “vontade de dançar”, e, quase sempre, fome intensa. Concluída a roda observada pelo pesquisador, o equivalente a um samburá de camarão foi comido pelos oito membros do grupo (Pierson, 1972:50-51).

Em pesquisas e visitas à região, quando indagou-se a moradores, trabalhos rurais não envolvidos com o plantio de maconha e outros atores locais se tinham informações sobre o uso tradicional da maconha, as respostas geralmente eram negativas. Fala-se que na região sempre houve plantio, mas a atividade era destinada à venda, no entanto, não se soube precisar exatamente há quanto tempo, ou seja, se há mais de 30 anos ou não. Uma importante liderança religiosa de Salgueiro, em entrevista ao autor deste artigo, disse que há cerca de vinte anos atrás era possível observar plantios em grandes áreas próximas às principais rodovias da região, como em Cabrobó, Orocó e Salgueiro. Tinha informações, já nesta época, do plantio dirigir-se aos principais mercados consumidores da região Nordeste e de outras regiões do país. As constantes operações da Polícia Federal e da SENAD - Secretaria Nacional Antidrogas, entretanto, segundo sua avaliação, levaram os plantadores a tomar maiores precauções e medidas visando à proteção da atividade. Passaram a cultivar em áreas de caatinga e nas ilhas fluviais do Rio São Francisco. O mesmo informante declarou, ainda, nunca ter ouvido falar de consumo tradicional/ritual de maconha na região e que, se algum dia houve, não existiria mais.

Nos deslocamentos pelas estradas da região, pôde-se observar por duas vezes a venda de aguardente com folha de *cannabis* curtindo em seu interior. Quando indagados se era uma forma de consumir a cachaça muito apreciada na região, a resposta foi que era comum o consumo da bebida naquela forma. Entretanto, nunca se observou, tanto em botequins quanto em casas de pessoas consumidoras de aguardente, aquele tipo de consumo, nem nunca se ouviu falar, através de outros informantes, desta forma de consumir a *cannabis*. Provavelmente, a bebida somente deva ser vendida nas estradas para eventuais consumidores ou o seu uso é bastante restrito ou reservado.

Pierson (1972) cita uma forma de consumo de maconha mergulhada em líquido, que seria comum na região e de seu consumo generalizado entre os setores populares.

Na área em torno de Passagem Grande é geral o uso da maconha entre as classes mais baixas da população. Não se conhece membro da elite que a use. Conta-se no local que a maconha foi, de início, trazida para o Brasil pelos escravos africanos, presumidamente de Angola, desde que é conhecido popularmente na localidade como “fumo de Angola”. Embora, no Sul, a maconha seja usada sorrateiramente sob a forma de cigarros, em Passagem Grande é fumada com uma espécie de narguilê primitivo, composto de uma garrafa comum, de boca estreita, cheia de água e o canudo do cachimbo de maconha, conhecido como “Marica”, mergulhado no líquido. As sumidades floridas da maconha são colocadas no forninho de barro do cachimbo e acesas com um fósforo. O fumo é “lavado”, dizem os moradores, pelo reservatório de água antes de chegar à boca do fumante (Pierson, 1972: 95).

Pernambucano (1937), ao realizar estudos e pesquisas sobre a maconha em Recife, relata o seu uso bastante freqüente nos setores populares, em ocupações laborais como barcaceiros e jornalheiros e entre indivíduos situados nas franjas da marginalidade como mandros e meretrizes. Alguns trabalhadores faziam uso da diamba para aliviar os sofrimentos da profissão, do duro desempenho diá-

rio de suas atividades. Narra, ainda, o autor, serem os barcaceiros os principais importadores da erva para a capital pernambucana, pois revela, curiosamente, que na época Pernambuco possuía uma plantação diminuta. A maconha consumida na cidade vinha principalmente de Alagoas e Sergipe, obtida de “velhas que vivem de plantar-a (pág.191)”. Embora não faça nenhuma menção direta, em seu texto, sobre de que parte especificamente destes estados viria o produto, é bastante provável que tivesse sido trazido das regiões do Baixo e/ou do Submédio São Francisco.

Objetiva-se, ao trazer para o debate a questão da presença da maconha na região e da possível existência de um tipo de consumo tradicional da erva, considerar a possibilidade de uma experiência anterior do plantio, que aumentou ao compasso de uma demanda de mercado propiciada, entre outros fatores, pela proibição do uso. Ou seja, havia plantios anteriores, mas que se incrementaram nas últimas décadas por uma procura maior pelo produto no mercado dos Estados a que se dirige. Ainda que não seja possível afirmar a ocorrência de uso tradicional disseminado da erva na região, os estudos anteriormente citados parecem evidenciar que na região havia uma relação de determinados grupos e atores com um consumo coletivo em localidades específicas.

Uma questão, contudo, que parece se evidenciar é a permanência de plantio há mais de um século. Pierson (1972) já relatava, em seus apontamentos, como às margens do rio São Francisco nos anos de 1950 já era possível observar plantações de *cannabis*, nos quatro Estados, cujos municípios compõem as regiões do Baixo e do Submédio São Francisco, e acusava o comércio clandestino da região para outras cidades do sudeste do país e para Salvador. Outro elemento evidenciado pelo antropólogo americano diz respeito à baixa repressão policial ao plantio. Este dado, somado às informações que o autor deste artigo pôde obter junto a atores locais, parecem evidenciar o fato de que a repressão dos órgãos policiais só se amplia no final dos anos 1980 e 1990.

A maconha, embora seu plantio seja proibido por lei, é cultivado clandestinamente em Passagem Grande e, sabe-se, nas vizinhanças de quatro outras cidades às margens do rio, no mesmo Estado, bem como na outra margem, no vizinho Estado de Sergipe e em dois outros Estados. É tomado cuidado menos para evitar a polícia do que possíveis portadores do “mau olhado” (ver Doença e Seus Tratamentos) que segundo se diz, “meramente andando entre as plantas podem fazê-las murchar, tão sensíveis são elas a tal influência”. Depois que as sumidades ou bolotas ficam floridas, são colhidas, secadas, e vendidas em pacotes de 100 gramas. Um barbeiro local, recebe-os de um município vizinho, levando-os a uma cidade rio acima onde, segundo se diz, são vendidos nos navios que partem para o Sul a fim de serem revendidas, especialmente em Salvador, Rio e Santos. Como contrabando, as flores são misturadas com os galhos da planta (Pierson, 1972: 457).

## **AREGIÃO E O AUMENTO DAS ÁREAS DE PLANTIO EM UM CONTEXTO DE DESIGUALDADES**

Mello (2004) observa que o emprego de formas de violência como a utilização de jagunços, capangas e de cabras para a resolução de conflitos de terra, de rixa de famílias e de disputas políticas era disseminado no Nordeste ao longo de todo o período do ciclo do gado. Tal recurso era bastante comum a ponto de haver em ocasiões específicas deslocamento de tropas estaduais e federais para determinadas regiões, como no caso ocorrido no Ceará, em 1914, com a derrubada do governo, ou na Bahia, em 1920, com a ameaça de deposição do poder público estadual. O próprio Governo Federal, entretanto, lançou mão do recurso, por intermédio de chefes políticos sertanejos, na repressão à Coluna Prestes. Jagunços foram utilizados para compor a linha de frente na contenção ao avanço do movimento liderado pelo líder comunista.

Os sertões nordestinos foram cenário de lutas intensas entre jagunços que compunham “exércitos” particulares, numa demonstração de arbítrio do poder privado dos chefes municipais. Em ci-

dades como Floresta e Belém do São Francisco, assim como em outras municipalidades de Pernambuco, estas brigas entre famílias e a ameaça aos movimentos sociais se estendem até hoje. Os jagunços, os cabras e os capangas, contudo, foram substituídos pelos pistoleiros de aluguel, esta figura urbana responsável por assassinatos de lideranças sindicais, religiosas e dos inimigos de determinados chefes locais. Mello (2004) relata o não registro deste personagem na década de 1930, mas ele pode ser uma derivação moderna dos tocaieiros, homens que ficavam dias a espera de sua vítima, espreitando nas curvas das estradas ou no meio do caminho. Com hábitos e características diferentes, contudo, o pistoleiro de aluguel não tocaia sua vítima, mas vai ao encontro dela. É solitário, não possui relação direta com o mandante, mas recebe instruções e presta conta de seus serviços, geralmente, a um intermediário. Barreira (1998), em estudos sobre os crimes de pistolagem no Ceará, observou que a atuação dos pistoleiros estava ligada praticamente a duas situações: ao voto, na manutenção do mando político, e na questão da terra, na preservação e/ou conquista de domínios territoriais. Na questão da terra, o alvo da ação dos pistoleiros representa as lideranças camponesas e religiosas que lutam junto aos trabalhadores, e na disputa pelas representações políticas, os litigantes são grupos familiares.

Os dados sobre homicídios em cidades da região como Belém do São Francisco e Floresta apontam para a coincidência do aumento das taxas deste evento com o incremento da produção e da consequente repressão de forças policiais. De 1997 a 2000, as taxas de homicídios de Floresta credenciaram-lhe a condição de município com a mais elevada taxa deste tipo no país. Nesse período, das 10 cidades mais violentas do país, considerando esse indicador, duas estavam situadas na área do Polígono (Floresta, Belém do São Francisco).

A maior coerção ao plantio, a partir dos anos de 1990, acarretou a presença mais freqüente de armamento com poderio maior, como fuzis e submetralhadoras. Quando havia uma repressão mais incisiva da polícia, parte do armamento se deslocava para outras

atividades criminosas, como assalto a ônibus e caminhões de cargas. Durante um bom período, trafegar pelas rodovias que cortavam os municípios da região era atividade de alto risco. Estes elementos, atrelados ao fato de que as antigas rixas políticas e de poder de famílias tradicionais da região, migraram também para o negócio da maconha.

No Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada A Investigar o Avanço e a Impunidade do Narcotráfico (2000), depoimentos apontaram a participação de membros de famílias envolvidos em rixas antigas na atividade do narcotráfico:

De acordo com as declarações do codinome “**Sertão**”, no município de Floresta, existem vários políticos envolvidos com narcotráfico, assassinatos e assaltos. São feitas denúncias, o Tribunal de Contas apura, comprova as irregularidades e não dá em nada. Que toda denúncia que é feita, dá em nada, como tem cargas roubadas, plantio de maconha dentro da fazenda de **A. A. F.** Que existem denúncias contra a própria polícia. Que tem um ten. da polícia, **F. F.**, filho do vereador **B. F.**, traficante, fornecedor de vários plantios de maconha. Já foi preso por porte ilegal de arma, por formação de quadrilha, mas continua impune. Que, há poucos dias, foi preso um caminhão carregado com maconha, com palmas. Que os donos da carga seriam **D. N.**, **R. N.**, **T. N.** e **B. F.** Que **R. F.** é um dos que manipulam o sertão com o tráfico de drogas, cocaína, armamento pesado, assaltos a bancos e a carro-forte, juntamente com a equipe de **G. F.**, **J. G.** e um expolicial chamado **C.** Que tem um empresário chamado **E. M.**, que também manipula o tráfico de assalto e cargas roubadas, junto com os companheiros como o **S.**, o **C.** e o **A. de Petrolina**. Que sonegam impostos, trazendo mercadorias sem nota fiscal. Que levam maconha, cocaína e armas para Recife e entregam para **R. F.**, **E. F.**, **M. F.** Que **D. N.** e **G. N.** transportam maconha para Recife e entregam para o **R. F.**

Marques (2003) afirma que as brigas de família no sertão podem ou não estar ligadas a fatores políticos; os alvos e as alianças compostas nestas rixas, contudo, são ou produzem efeitos políticos. A autora descreve briga e política como episódios das relações sociais, nos contextos onde estão inseridas, como parte de um todo possível, não coincidente e tampouco excludente, que são provisórias e substituíveis.

O envolvimento de membros de famílias em contendas e a maior implicação de outros atores e personagens, como jovens, pequenos agricultores, aliado a fatores estruturais, possibilitaram que a violência atingisse um número maior de pessoas. Este fato pode ser explicado tanto pelas características das atividades ilícitas, que necessitam diminuir os riscos que ameaçam suas atividades, e para isso utilizam-se de meios violentos, quanto pelo aumento da rede e dos elos da cadeia do plantio que, de certa forma, ganhou uma institucionalidade maior. Consequentemente, esta institucionalidade originou em torno de si novos comportamentos e práticas. Pode-se afirmar que o aumento das atividades está vinculado ao envolvimento de grupos locais com certa influência na região, e que, nos últimos anos, a maior repressão não somente acarretou o envolvimento de outros atores até então fora das redes, mas proporcionou novas práticas sociais e uma maior socialização com a questão.

As estratégias também tiveram que ser revistas, por causa de uma maior coação. Se antes era possível plantar em locais visíveis, hoje o plantio se dá em áreas mais abrigadas e de difícil acesso. Algumas inovações legais, como a desapropriação para fins de reforma agrária, sem direito à indenização, de fazendas e terras onde fossem encontrados cultivos da erva, contribui também para a mudança de estratégias. Uma consequência ambiental é a presença cada vez maior de plantios na caatinga, em áreas de preservação. Acusamos, também, como consequência desta nova estratégia, casos de pessoas que plantam maconha nas terras de seu vizinho, próximo ao limite dos terrenos, pois se houver flagrante na planta-

ção ele não perde suas terras. As estratégias vão se moldando à nova realidade de maior repressão.

Neste processo, portanto, o uso de meios violentos para resolver diferenças passou a atingir também atores fora do ciclo tradicional da rede. No ano de 1997, uma importante liderança sindical dos trabalhadores atingidos pelas barragens, ativista do Pólo Sindical do Submédio São Francisco, foi morta. Seu crime foi encomendado e executado por um pistoleiro, porque ele, Fulgêncio Manoel dos Santos, fizera denúncias contra o assédio e as ameaças que trabalhadores rurais vinham recebendo de traficantes que queriam vê-los plantando maconha em suas terras, sobretudo, nas agrovilas. A ameaça a lideranças do movimento sindical rural não se restringiu a esse fato. Outras lideranças passaram a ser intimidadas ao se manifestarem contra a forma como os traficantes passaram a atuar na região.

Houve um aumento de homicídios praticados por pistoleiros. Na cidade de Floresta, durante um período muito tenso, no final da década de 1990, quando se seguiram vários assassinatos, a polícia proibiu os condutores de motocicletas de usarem capacetes, decisão que infringe o Código Nacional de Trânsito, pois muitos assassinos usavam os capacetes de suas motos para preservar sua identidade ao praticar crimes.

Os jovens têm sido o grupo mais atingido por toda a violência proveniente da intensificação de tensões relativas ao plantio. Geralmente, são os mais envolvidos como guardiões de plantações ou em atividades correlatas, próprias do universo desta atividade ilícita. Segundo informações de um jovem plantador, seu ingresso no cultivo se deu aos 13 anos, desde quando, com a morte prematura de seu pai, teve que assumir, perante a família, a responsabilidade do sustento da mesma. Como o plantio de produtos tradicionais como cebola, milho e feijão não lhe davam retorno financeiro suficiente, resolveu aderir ao plantio. No seu caso, o plantio era no sistema de meheiro. Ele recebia todos os insumos (sementes, adu-



bos...) e, depois, a colheita era dividida entre os dois. Quem vendia a erva era o “patrão”, forma como se referia à pessoa a quem se associara. O recurso advindo da venda era dividido entre os dois. Não havia controle por parte do plantador quanto ao preço pelo qual era vendida a produção.

Alegou que passou a desempenhar atividades no plantio de maconha por falta de opção, mas, com o passar do tempo, como o recurso que conseguia era maior do que qualquer outra atividade que pudesse desempenhar, ficou alguns anos no negócio, até ser preso em uma operação da Polícia Federal. Declarou que sua entrada na atividade ocorreu, além da necessidade de sustentar sua família, por observar o ganho obtido pelas pessoas que estavam plantando. Adquiriam bens não acessíveis a um trabalhador rural assalariado ou pequeno produtor, como motos, carros, e conseguiam melhorias consideráveis em suas condições de vida.

Reconhecia que a atividade era ilegal, mas ponderava que não estava prejudicando ninguém, pois não efetivava roubos, mas, apenas, trabalhava em um cultivo ilegal. Sua fala traz duas questões interessantes: o reconhecimento de que cultivar a maconha é um trabalho, embora considerado ilegal, uma atividade laboral que requer esforço. Como requer esforço e não está prejudicando individualmente ninguém, então, não se considerava um bandido. Uma alusão à diferenciação de sua atividade daquelas praticadas por outros trabalhadores rurais era o fato de estar envolvido em um cultivo considerado proibido, mas a natureza de seu trabalho não era distinta da praticada por lavradores de produtos agrícolas tradicionais.

Uma outra questão a se destacar é o impacto do próprio plantio sobre a economia local. Salgueiro, no início dos anos 2000, possuía quatro agências bancárias e muitas lojas de “marca”, condição rara em uma cidade sertaneja (Fraga, 2003). Segundo alguns depoentes, este crescimento pode ser atrelado à presença do plantio na região. Sobre esta questão, uma importante liderança religiosa acrescenta:

Estou aqui há 14 anos e vivi o período mais vivo do plantio e eu me lembro dos primeiros anos que vinha visitar essas comunidades. Não se via motos, mas em dois ou três anos já se tinha em tudo o que era casa. Eram os jovens que conseguiam, pois o sonho era plantar, vender a maconha e comprar a sua moto, tinham transporte tranqüilo, eles sobreviviam. Então se percebia que era tão normal. Isso, que os jovens perguntavam se era pecado, isso era coisa comum. Eles iam à Igreja fazer a primeira comunhão e se confessar. Eu perguntava se não tinha outra saída, como plantar feijão, mas não tinha água. Com a maconha só precisa de um pouco d'água e para feijão como é que faz, quantos hectares tem que plantar sem água? Então era uma coisa tranqüila, não havia perseguição porque o comércio era bem protegido e as pessoas bem protegidas. Um cara veio aqui do Comando Vermelho do Rio de Janeiro que foi preso, alugou uma casa aqui e era o cabeça de tudo. É só ir na casa saber quem alugou, quem era o cara, para descobrir a máfia que tem por trás, porque a CPI (o padre refere-se à CPI do Narcotráfico realizada em 1999) tinha a finalidade de pegar peixes grandes. Queremos deputados, aí era Ibope, a CPI não pegou a máfia. Na minha previsão não melhora não, as coisas vão piorar. Eu acho que vai aumentar e tomara que não entre outro tipo de droga, porque infelizmente não tem política que resolva esse drama da nossa juventude.

O sistema de meeiro, entretanto, não é a única forma de relação entre agentes no plantio de maconha. Há casos de contratação por salário ou de compra da produção de pequenos produtores que são contratados para plantar e vender toda a sua plantação para um determinado negociante. Na ocasião de uma visita à região, em 2006, foi possível conhecer a história de Severino. Trata-se de um pequeno produtor de Orocó que plantava maconha há pelo menos três anos e sabia do risco de perder suas terras se o cultivo da planta fosse descoberto por agentes policiais. Sua família estava envolvida com a plantação localizada no fundo de suas terras, emaranhada em outros plantios tradicionais. Era uma pequena lavoura, com um número bastante reduzido de covas, mas que oferecia um risco bem gran-

de ao produtor rural, no entanto, a pequena plantação de maconha era a principal fonte de recursos daquela produção familiar.

Diferentemente de Severino, Antônio é um diarista envolvido no plantio de maconha. Na época da entrevista, tinha dezoito anos completados há poucos meses, mas confessou trabalhar desde os treze anos com o plantio. Sua condição de diarista fê-lo se envolver com outros plantios tradicionais, como o de frutas, como o mamão, com feijão e cebola. Estudou até o primeiro ano do ensino médio, mas havia abandonado os estudos. Confessou que gostava bastante das atividades estudantis e se considerava um bom aluno. Deixou de estudar porque não conseguiu conciliar o trabalho com a atividade discente. Alegava muito cansaço, pois chegava em casa tarde e já cedo estava na lavoura para o trabalho. Disse que iniciou no plantio porque tinha vários colegas que já estavam na atividade e, também, conhecia várias pessoas que ganhavam mais na diária do cultivo de maconha do que com a diária de outros produtos. Informou que, em sua cidade, Orocó, muitas pessoas estavam envolvidas com o plantio e que chegavam a ganhar em uma colheita entre dois mil e três mil reais, o que corresponde a um período de três a cinco meses. Durante o período do cultivo, geralmente não se abandona o local de plantio, evitando que haja roubo por parte de algum outro grupo. Por isso, montam-se acampamentos, onde pessoas se revezam na vigilância. O cuidado com o plantio visa mais evitar que algum outro grupo possa vir roubar o plantio do que a resistência às operações policiais. Comumente, quando a polícia descobre e reprime um plantio, nunca há troca de tiros, procura-se fugir, abandonando o cultivo.

Os três casos evidenciam a diversificação na forma de plantação e de contratação de pessoas no plantio e na colheita da maconha. A distinção das formas de envolvimento acarretou a inclusão de mais agentes no contexto desse cultivo ilícito. A repressão policial não diminui o número de atores envolvidos, ao contrário, implicou em novas estratégias.

## TECENDO CONSIDERAÇÕES

Como evidenciamos no início deste artigo, há ainda um hiato nos estudos, no Brasil, sobre a produção de plantas consideradas ilícitas, como a maconha. Na Bolívia e no Peru, as plantações de coca têm fins lícito e ilícitos, devido aos usos seculares, terapêuticos e culturais da denominada *mama coca*. Parte da coca vai para a produção de cocaína, mas o uso tradicional é forte e representa parte significativa da economia de milhares de agricultores.

No Brasil, não há um uso tradicional da maconha, como nos moldes da folha de coca desses países andinos. Todavia, parte significativa dos envolvidos no plantio da maconha é de camponeses que, sem uma política agrária que os beneficie, voltaram-se para o cultivo da maconha como alternativa de renda. As cadeias de Salgueiro e de Recife têm, entre seus hóspedes, número significativo de trabalhadores rurais, cujo crime foi plantar *cannabis*. Durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso iniciou-se uma experiência de substituição de plantios que não seguiram adiante, talvez pela própria ineficiência dessas alternativas em um contexto social tão complexo.

É fundamental compreender a dinâmica das relações que se produziram entre os atores sociais nesta região, a partir do incremento do plantio de maconha. Parte da violência não está atrelada ao plantio. Existem lugares onde plantios ilícitos não estão, necessariamente, atrelados à violência. No entanto, o sistema de produção, beneficiamento e venda de substâncias psicoativas consideradas ilícitas, devido ao seu ilegalismo, pode se apropriar de relações sociais com forte presença de conflitos e intensificá-las. Uma outra característica do narcotráfico é o número significativo de agentes que ele envolve no seu sistema produtivo. Na região aqui descrita, tanto a repressão quanto o incremento da produção envolveu nos elos da cadeia um número de agentes de diferenciados estratos sociais.

Compreender toda esta dinâmica é fundamental no sentido de criar políticas públicas que não penalizem ainda mais o elo mais fraco de toda a cadeia produtiva: o trabalhador rural. A política de redução de danos talvez necessite não só atingir o usuário, mas também alcançar o trabalhador rural.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARREIRA, César. **Crimes por Encomenda. Violência e pistolagem no cenário brasileiro.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.
- BURTON, Richard F. **Exploration of the Highlands of the Brazil.** 2 v. London: Tinsley Brothers, 1869.
- CARLINI, EA et al. Comentário sobre o editorial “Uso de maconha na adolescência e risco de esquizofrenia”. **Rev. Bras. Psiquiatr.**, jun. 2004, v.26, n.2, p.136-137
- CARLINI, Elisaldo Luiz de Araújo and Nappo, Solange Aparecida The pharmacovigilance of psychoactive medications in Brazil. **Rev. Bras. Psiquiatr.**, oct. 2003, v.25, n.4, p. 200-205
- COMISSÃO EXTERNA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Relatório – Violência no Polígono da Maconha.** Brasília, maio de 2007.
- FRAGA. Paulo César Pontes. Da Favela ao Sertão. In: FRAGA, Paulo César Pontes; IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. **Jovens em Tempo Real.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- FRAGA. Paulo César Pontes. Juventude, Narcotráfico e Violência no Brasil. In: RIBEIRO, Ana Maria Motta; IULIANELLI, Jorge Atílio S. **Narcotráfico e Violência no Campo.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- FRAGA, Paulo César Pontes; IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. **Os jovens e o Submédio São Francisco: realidades e desafios.** Rio de Janeiro: Koinonia e Pstrmsf, 1998.
- IULIANELLI, Jorge Atílio S. O Gosto Bom do Bode: Juventude, Sindicalismo, Reassentamento e Narcotráfico no Submédio. In: RIBEIRO, Ana Maria Motta; IULIANELLI, Jorge Atílio S. **Narcotráfico e Violência no**

**Campo.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

IULIANELLI, Jorge Atílio S., et al. **Relatório Final da Pesquisa – Jovens** construindo políticas públicas para a superação de situações de risco, no plantio da maconha, na região do Submédio São Francisco, 2005.

GALDURÓZ, José Carlos F. et al. Uso de drogas psicotrópicas no Brasil: pesquisa domiciliar envolvendo as 107 maiores cidades do país - 2001. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, out. 2005, v.13, n. Especial.

GALLARDO, Jorge. Consumo, prohibición y narcotráfico. In: CASTILLA, Alice. **Cultura Cannabis**. Bueno Aires:Castilla, 2006.

MACHADO, Lia Osorio. Drug Trafficking and Money Laundering in the Amazon Region. Geoeconomic and Geopolitical Effects. In: GEFFRAY C; FABRE G; SCHIRAY M. (Org.). **Globalisation, Drugs and Criminalisation**. 1 ed. Paris: Unesco, 2002, v. 1, p. 208-239.

MACHADO, Lia Osorio. Movimento de Dinheiro e Tráfico de Drogas na Amazônia. In: M. Ribeiro de Melo; S. D. Seibel. (Org.). **DROGAS. HEGEMONIA DO CINISMO. SÃO PAULO - SP: MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA**, 1997, v. 1, p. 217-252.

MACHADO, Lia Osorio. Trafficking, Smuggling And The Financial System. In: Gta Amazônico / NOVIB / PP-G7. (Org.). **Coherent public policies for a sustainable amazon**. São Paulo - SP: PROGRAMA G-7 PARA A AMAZÔNIA LEGAL, 1996, v. 1, p. 51-60.

MACHADO, Lia Osorio. O Comércio Ilícito de Drogas e A Geografia da Integração Financeira: Uma Simbiose?. In: Iná Castro et alli. (Org.). Brasil. Questões atuais da reorganização do território. 1 ed. RIO DE JANEIRO: EDITORA BERTRAND BRASIL, 1996, v. 1, p. 15-64

MACRAE, Edward. The ritual use of ayahuasca by three Brazilian religions. In: **Drug Use and Cultural Contexts** "Beyond the West Coomber, R. & South, London, Free Association Books, 2004 p. 27-45.

MACRAE, Edward. Antropologia: Aspectos Sociais, Culturais e Ritualísticos. In: **Dependência de drogas**. Seibel, S. D. e Toscano Jr., A., São Paulo; Editora Atheneu, 2001p. 25-34.

MASTROIANNI, Patrícia de Carvalho; GALDURÓZ, José Carlos Fernandes; CARLINI, Elisaldo Araujo. **Psychoactive drug advertising**: a comparison of technical information from three countries: Brazil, United States and United

Kingdom. *São Paulo Med. J.*, nov. 2005, v.123, n.5, p.209-214.

MARQUES, Ana Claudia. Política e Questão de Família. *Revista de antropologia*. São Paulo, USP, 2002, v. 45 n° 2.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Filhos do sol: violência e banditismo no nordeste do Brasil**. São Paulo: A Girafa Ed., 2004.

MINGARDI, Guaracy. **O Estado e o crime organizado**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 1998. v. 01. 239 p.

MINGARDI, Guaracy. **As deficiências do Estado no combate ao crime organizado**. São Paulo: Ministério Público do Estado de São Paulo, 1998.

MISSE, M. **Os Malandros, Marginais e Vagabundos & a Acumulação Social da Violência no Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado; IUPERJ. Rio de Janeiro, 1999.

MISSE, M. O Movimento: redes de mercado de drogas. *Tempo e Presença*, n. 323. p. 7-12: mai/jun. 2002.

NOTO, Ana Regina et al. Analysis of prescription and dispensation of psychotropic medications in two cities in the State of São Paulo, Brazil. **Rev. Bras. Psiquiatr.**, June 2002, v.24, n.2, p. 68-73.

PERNAMBUCANO, Jarbas. A Maconha em Pernambuco. In: FREIRE, Gilberto (Org.). **Novos Estudos Afro-brasileiros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

RELATÓRIO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR O AVANÇO E A IMPUNIDADE DO NARCOTRÁFICO. Brasília. Câmara do Deputados, 2000.

RIBEIRO, Ana Maria Motta. Sociologia do Narcotráfico na América Latina e a Questão Camponesa. In: RIBEIRO, Ana Maria Motta; IULIANELLI, Jorge Atílio S. **Narcotráfico e Violência no Campo**. Rio de Janeiro, DP&A, 2000.

ZALUAR, Alba. **Integração Perversa**. Pobreza e Tráfico de Drogas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ZALUAR, Alba. Violência e Crime. In: MICELI, Sergio (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)** v. I. São Paulo: Ed. Sumaré, 1999.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: EDUFRJ/Revan, 1994.

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a Revolta**. As Organizações Populares e o sentido da Pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Recebido em abril de 2006

Aprovado em julho de 2006

#### NOTAS:

- <sup>1</sup> Segundo dados do Escritório Americano de Combate às Drogas (DEA), o Brasil é o segundo maior consumidor de cocaína do mundo, ainda que tal afirmação seja contestada por alguns estudiosos.
- <sup>2</sup> O Vale do São Francisco está subdividido em Alto, Médio, Submédio e Baixo. O submédio São Francisco insere áreas dos Estados da Bahia e Pernambuco, abrangendo municípios de Remanso até a cidade de Paulo Afonso (BA), e inclui as sub-bacias dos rios Pajeú, Tourão, Vargem e do rio Moxotó, último afluente da margem esquerda.
- <sup>3</sup> Tetrahydrocannabinol (THC) é o princípio ativo da *cannabis sativa*.
- <sup>4</sup> O trabalho foi desenvolvido na segunda metade dos anos de 1950 para a Comissão do Vale do São Francisco (CDVS), mas somente foi editado em 1972 pela Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), órgão do regime militar que a substituiu.
- <sup>5</sup> Originalmente, em Pierson (1972), existe a seguinte nota de nº 50: "Isto é, "Ajoelhe-se"!, um fato que indicou ao nosso pesquisador que outrora poderia ter sido feita, ao receber-se o cachimbo, uma genuflexão "em homenagem à maconha" (Pierson, 1972, 95).
- <sup>6</sup> Originalmente, em Pierson (1972), existe a seguinte nota de nº 51: "Em seguida a trabalho cuidadosamente planejado para obter permissão dos participantes."